



# CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A):

Nº DE INSCRIÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO-PB

### CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

#### **INSTRUÇÕES:**

##### **VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:**

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

##### **VOCÊ DEVE:**

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo: [■].

##### **ATENÇÃO:**

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

## I – LÍNGUA PORTUGUESA (1 A 10)

Ponciá Vicêncio deitou-se na cama imunda ao lado do homem e de barriga para cima ficou com o olhar encontrando o nada. Veio-lhe a imagem de porcos no chiqueiro que comem e dormem para serem sacrificados um dia. Seria isto vida, meu Deus? Os dias passavam, estava cansada, fraca para viver, mas coragem para morrer, também não tinha ainda. O homem gostava de dizer que ela era pancada da ideia. Seria? Seria! Às vezes, se sentia, mesmo, como se a sua cabeça fosse um grande vazio, repleto de nada e de nada.

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado onde nascera, a decisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se a todo o dia. Ela acreditava que poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova. E avançando sobre o futuro, Ponciá partiu no trem do outro dia, pois tão cedo a máquina não voltaria ao povoado. Nem tempo de se despedir do irmão teve. E agora, ali deitada de olhos arregalados, penetrados no nada, perguntava-se se valera a pena ter deixado a sua terra. O que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram somente sonhos, eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera o contato com os seus. E agora feito morta-viva, vivia.

Conceição Evaristo. (*Ponciá Vicêncio*, p. 32-33)

1. A autora enfatiza, em sua narrativa, uma realidade cruel vivida por uma mulher. Assinale a alternativa que define de maneira clara o tema do texto.

a) banaliza a vida das mulheres negras, seu trabalho, seus sofrimentos.

- b) humaniza uma mulher negra aparentemente comum, mas com uma profundidade psicológica ímpar, imersa em “um vazio que era só dela”  
c) narra de uma forma tênue a vida das mulheres negras.  
d) procura mostrar os sonhos, os devaneios de uma vida melhor para essas mulheres.  
e) prioriza as atitudes dos coronéis, diante dos abusos sofridos pelas mulheres negras.

2. A partir da compreensão e interpretação do texto, é correto afirmar que:

- I- A personagem-título revela-se a partir de reminiscências e sensações que se encontram na harmonia de diferentes espaços, temporalidades e vozes.  
II- A autora busca revelar as agruras dos negros em busca de suas origens e identidades, o que imprimiria ao texto um mundo possível diaspórico.  
III- Perpassada por violências físicas e simbólicas é sentida por Ponciá, que se encontra em um vazio existencial quando se percebe imersa em um mundo que a exclui por ser mulher e negra.  
IV- A escritora plasma vivências que relativizam o discurso hegemônico e manifestam a voz e o lugar de personagens femininas abafadas e subjugadas pelos centros de poder.

- a) Apenas a I está correta.  
b) Apenas a I e II estão corretas.  
c) Apenas a II e III estão corretas.  
d) Apenas a II, III e IV estão corretas.  
e) Apenas a III e IV estão corretas.

3. Em: **Às vezes**, se sentia, mesmo, como se a sua cabeça fosse um grande vazio, repleto de nada e de nada.

O emprego do sinal indicativo de crase dá-se pela mesma regra da alternativa:

- a) A nova regulamentação não se refere às pessoas aposentadas;  
b) O dirigente deu força às suas palavras;  
c) O plano dos bandidos saiu às avessas.  
d) Ela foi à Paraíba.

e) Aderi logo à proposta que me fez.

4. Assinale a alternativa em que nos versos Chico Buarque não fez uso da conotação:

- a) Pois já não vales nada  
És página virada  
Descartada do meu folhetim.
- b) [...] Sua boca é um cadeado  
E meu corpo é uma fogueira
- c) Meu caro amigo me perdoe, por favor  
Se eu não lhe faço uma visita
- d) Quero brincar no teu corpo feito bailarina  
Que logo se alucina  
Salta e te ilumina  
Quando a noite vem
- e) Se ao te conhecer, dei pra sonhar, fiz tantos  
desvarios Rompi com o mundo, queimei meus  
navios Me diz pra onde é que inda posso ir [...]

5. Indique a opção correta, no que se refere à concordância verbal, de acordo com a Norma Culta:

- a) Havia lágrimas não choradas, havia abraços esquecidos.
- b) Choveram pedaços de granizo, fazendo da praça um tapete branco.
- c) Fazem muitos anos que não vou à minha cidade natal.
- d) O relógio da matriz deram seis horas.
- e) Bateu seis horas, no relógio da igreja.

6. Assinale a frase que possua a mesma sintaxe de concordância de:



- a) É proibido a entrada sem documento de identificação.
- b) Proibida entrada de corações tristes.
- c) Proibido a entrada de pessoas pessimistas.

d) É proibido a entrada de animais.

e) Proibido entrada.

7. Assinale a alternativa em que há erro quanto ao uso do sinal indicativo de crase:

- a) À medida que o povo saía do estádio, a tensão diminuía.
- b) A previdência visa a uma justa aposentadoria para os trabalhadores rurais.
- c) Refiro-me à professora de Filosofia.
- d) Ela deu à luz a dois lindos bebês.
- e) Sairemos às 18:30h.

8. “O histórico da carreira daquele cientista **implica** um grande conhecimento do assunto”.

Assinale a alternativa correta quanto à regência do verbo destacado.

a) Quando o verbo “implicar” for pronominal, ou seja, implicar-se, seu significado sofrerá alteração: ele não mais terá o sentido de “acarretar”, “ocasionar”, mas sim o sentido de “envolver-se”. Nesse caso, o verbo exigirá complemento introduzido pela preposição “em”.

b) O verbo “implicar” com o sentido de “ter implicância com alguém”, “aversão”, “embirrar”. Nesse caso, emprega-se a preposição “com” para introduzir o complemento do verbo.

c) O verbo “implicar”, quando empregado com o sentido de “acarretar”, “ocasionar”, “trazer consequências”, é, de acordo com a norma culta da língua, transitivo direto. Por ser transitivo direto, seu complemento não deve ser introduzido por uma preposição.

d) O verbo “implicar”, quando empregado com o sentido de “acarretar”, “ocasionar”, “trazer consequências”, é, de acordo com a norma culta da língua, transitivo indireto. Por ser transitivo indireto, seu complemento deve ser introduzido por uma preposição.

e) Com o significado de “envolver alguém em complicação ou embaraço”, “enredar”, “comprometer”, implicar é transitivo direto e indireto. Deve-se construir com objeto direto de pessoa e objeto indireto de coisa, empregando-se a preposição em.

9. Considerando a norma padrão da Língua Portuguesa, associe as colunas indicando a alternativa que ordena, corretamente, as frases e a avaliação dos casos de concordância:

I-Nesse teatro, não tínhamos a casa cheia, faziam muitos anos.

II-Proibida a entrada de pessoas estranhas.

III-Todos os processos seguem em anexos à pasta do procurador.

IV-Vitamina C é bom para a saúde.

- ( ) a concordância verbal está correta.  
( ) há um erro de concordância verbal.  
( ) há um erro de concordância nominal  
( ) a concordância nominal está correta.

- a) II, I, III, IV.  
b) I, II, III, IV.  
c) II, III, I, IV.  
d) IV, III, II, I.  
e) III, IV, I, II

10. Em: “Veio-**lhe** a imagem de porcos no chiqueiro...” O termo em destaque é classificado sintaticamente como:

- a) Complemento nominal.  
b) Adjunto adnominal.  
c) Agente da passiva.  
d) Objeto direto.  
e) Objeto indireto.

## II – RACIOCÍNIO LÓGICO (11 A 15)

11. Uma equipe de basquete é composta por 10 jogadores do sexo masculino e 8 jogadoras do sexo feminino. Quantas comissões de 5 jogadores podem ser formadas de modo que tenham exatamente 3 jogadores do sexo masculino e 2 jogadoras do sexo feminino?

- a) 3.360.  
b) 6.480.  
c) 6.720.  
d) 7.200.  
e) 7.680.

12. Uma piscina retangular tem 12 metros de comprimento e 8 metros de largura. Se um nadador parte de um dos cantos e nada na

diagonal da piscina até o canto oposto, qual é a distância que ele percorre? Utilize  $\sqrt{13} = 3,61$

- a) 6,8.  
b) 9,64.  
c) 11,25.  
d) 13,46.  
e) 14,42.

13. A partir da função  $f(x) = 5x - 10$ , é possível afirmar que o valor da abscissa para o qual o gráfico da função corta o eixo  $x$  é:

- a) -10.  
b) -2.  
c) -1.  
d) 1.  
e) 2.

14. Uma sala retangular mede 8 metros de comprimento, 5 metros de largura e 3 metros de altura. Deseja-se pintar todas as paredes internas dessa sala, incluindo o teto, e a lata de tinta afirma cobrir 25m<sup>2</sup> por litro. Quantos litros de tinta são necessários para realizar essa tarefa?

- a) 3.  
b) 4,15.  
c) 4,72.  
d) 5.  
e) 5,8.

15. Paulo, Pedro e João são amigos. Sabe-se que Pedro é o mais velho e tem 36 anos. Além disso, Paulo possui metade da idade de Pedro, e a soma das idades deles é 84 anos. Qual é a idade de João?

- a) 12.  
b) 24.  
c) 30.  
d) 34.  
e) 35.

## III – ATUALIDADES (16 A 20)

16. O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem sido noticiado ultimamente por suas ações para resolver o conflito no Oriente Médio, envolvendo palestinos e israelenses. Dos países citados abaixo, qual deles não é um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

- a) Estados Unidos da América.

- b) Rússia.
- c) Japão.
- d) França.
- e) Reino Unido.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988, define os três poderes do país em Executivo, Legislativo e Judiciário e que devem atuar com autonomia e harmonia. Mas, em nossa história, nem sempre foi assim. A Constituição de 1824 instituiu mais um poder, chamado Poder Moderador, que era exercido:

- a) Pelo Conselho de Ministros.
- b) Pelo Ministério Público Imperial.
- c) Pelo Senado do Império.
- d) Pela Igreja Católica.
- e) Pelo Imperador.

18. Acontece em Santiago, capital do Chile, a edição de 2023 dos Jogos Pan Americanos. O Brasil, já faturou algumas medalhas de ouro. Na modalidade Skate Street, a medalha de ouro foi conquistada pela brasileira:

- a) Rayssa Leal.
- b) Rebeca Andrade.
- c) Beatriz Ferreira.
- d) Bárbara Santos.
- e) Larissa Pimentel.

19. O Estado de Israel, criado em 1948, foi atacado pelo Grupo Hamas em outubro de 2023, deflagrando assim um conflito no Oriente Médio. Atualmente, o presidente de Israel é:

- a) Shimon Peres.
- b) Benjamin Netanyahu.
- c) Moshe Katsav.
- d) Isaac Herzog.
- e) Ezer Weizman.

20. O governo federal deseja fazer alterações no chamado Novo Ensino Médio. Uma proposta foi enviada ao Congresso Nacional e precisará passar por votação. Instituído pela lei 13.415, durante o governo de:

- a) Jair Bolsonaro.
- b) Michel Temer,
- c) Dilma Rousseff.
- d) Luiz Inácio Lula da Silva.
- e) Fernando Henrique Cardoso.

#### IV. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (21 A 40)

21. Com base no Art. 5º da Constituição Federal, considere a alternativa correta:

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo facultado o anonimato.
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluso a de caráter paramilitar.
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano.
- d) não há crime sem lei posterior que o defina, nem pena com prévia cominação legal.
- e) conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

22. Pelo Art. 5º da Constituição Federal conceder-se-á "habeas-data":

- a) Por partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) Por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data".
- d) Quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

23. De acordo com a NR-5, não é atribuição da CIPA:

- a) acompanhar o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos bem como a adoção de medidas de prevenção implementadas pela organização.
- b) verificar os ambientes e as condições de trabalho visando identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

c) elaborar e acompanhar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva em segurança e saúde no trabalho.

d) elaborar e fornecer à organização as informações sobre questões relacionadas à segurança e saúde dos trabalhadores, incluindo as Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT.

e) acompanhar a análise dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, nos termos da NR-1 e propor, quando for o caso, medidas para a solução dos problemas identificados.

24. De acordo com o Art. 611-B da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), constituem, entre outros, objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:

I - número de dias de férias devidas ao empregado.

II - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

III – banco de horas com o prazo de compensação coincidente com a vigência da norma.

IV – procedimentos para Plano de Demissão Voluntária (PDV).

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II e III e IV.

25. Com base nos Arts. 457 e 458 da CLT (Da Remuneração), é incorreto afirmar que:

- a) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- b) As importâncias pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos integram a remuneração do empregado, e se incorporam ao contrato de trabalho constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- c) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além

do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

d) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

e) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

26. De acordo com a Lei 12153/2009, não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

II - as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

27. Com base no Código de Processo Civil, em seu Art. 12, temos que os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente:

- a) a presença das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.
- b) à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) decidir, em grau de jurisdição, com base em fundamento legal ou constitucional.
- d) recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas.

e) o julgamento de embargos de declaração.

28. Com base no Capítulo I – Dos Limites da Jurisdição Nacional, do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

a) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado por cidadão brasileiro.

b) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência.

c) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

d) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

e) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

29. Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido na Lei 6015/1973. Dos registros referidos pelo Art. 1º da Lei, não se inclui:

a) o registro civil de pessoas naturais.

b) o registro civil de pessoas jurídicas.

c) o registro de títulos e documentos.

d) o registro de redundância e conservação.

e) o registro de imóveis.

30. De acordo com a Lei 13019/2014, termo de fomento é conceituado como:

a) instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

b) instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

d) procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

e) conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil.

31. O Art. 5º da Lei 13019/2014, aponta que o regime jurídico de que trata esta Lei tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se a assegurar o direito:

a) à integração e à transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social.

b) à promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável.

c) à preservação, à conservação e à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente.

d) à construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva.

e) à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas.

32. Pela Lei 11107/2005, Art. 2º, os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais. § 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

33. A Lei 11107/2005 em seu Art. 6º, afirma que:

a) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

b) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público não integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

e) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pelo Art. 37 da Constituição Federal.

34. Leia o texto, abaixo, extraído da Lei 11107/2005

Art. 11. A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.

§ 1º Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou:

- a) Em créditos adicionais.
- b) Nas dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- c) Em transferências ou operações de crédito.
- d) No instrumento de transferência ou de alienação.
- e) Em obrigações remanescentes.

35. Pela Lei 8429/92, leia:

“Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.”

O excerto trata de Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito. Não se inclui nessa classificação, o seguinte:

a) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.

b) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

c) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

d) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.



e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

36. Pela Lei 8429/92, Art. 11, constitui, entre outros, ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por:

a) agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

b) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

c) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

d) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

e) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

37. De acordo com o Decreto-Lei 4657/42, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda, salvo caso de:

- a) Abandono.
- b) Anuência de seu cônjuge.
- c) Domicílio diverso.
- d) Casamento de estrangeiros.
- e) Autoridades diplomáticas.

38. Leia o trecho do Estatuto da Pessoa Idosa, abaixo:

“Art. 17. À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.”

Não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público, esta opção deverá ser feita:

- a) Por amigos próximos.
- b) Pelo serviço social do local de atendimento.
- c) Por autoridade sanitária competente de nível municipal.
- d) Pelo enfermeiro responsável pela unidade de atendimento.
- e) Pelo próprio médico.

39. De acordo com a Lei 6766/1979, a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída:

- a) em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- b) pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
- c) da edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- d) das zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS).
- e) sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.

40. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Art. 18-A), castigo físico é ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- a) Sofrimento físico ou lesão.
- b) Sofrimento ou humilhação.
- c) Ameaça grave ou insultos.
- d) Lesão ou ridicularização.
- e) Humilhação, sofrimento mental ou lesivo.